

Angola aprova financiamentos de 345 milhões para maior barragem do país

5 de Janeiro, 2018

O Governo angolano aprovou a contratação de dois financiamentos, que totalizam 345 milhões de euros, para o projeto do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, a maior barragem do país, refere a agência Lusa.

A informação consta de dois despachos presidenciais de final de dezembro, aprovando os respetivos acordos de financiamento, o primeiro dos quais a celebrar com os britânicos do Standard Chartered Bank (SCB), no valor global superior a 220,5 milhões de euros.

Neste caso, trata-se de um financiamento necessário para a cobertura do projeto do sistema de transporte de energia associado ao Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca. No mesmo documento, assinado pelo Presidente angolano, João Lourenço, é revogado um despacho presidencial anterior, de 12 de julho de 2017, sobre outro financiamento ao projeto.

O Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, no rio Kwanza e localizado entre as províncias do Cuanza Norte e Malanje, foi um investimento do Estado angolano de 4,3 mil milhões de dólares (3,7 mil milhões de euros), tornando-se a maior obra pública do país.

Igualmente com data de 28 de dezembro, foi aprovado um acordo de financiamento a celebrar entre a República de Angola e os britânicos da GEMCORP, neste caso no valor global de 150 milhões de dólares (124,5 milhões de euros), “para a cobertura do défice do projeto do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca”.

Segundo o documento, a “estratégia do executivo, no que concerne à diversificação das fontes de financiamento para a cobertura de projetos de investimento, impõe a necessidade de criação de condições técnicas para a concretização e operacionalização de projetos do setor da Energia e Águas integrados no Programa de Investimento Público, no âmbito da Política para o Desenvolvimento Económico e Social do país”.

O Governo angolano anunciou em outubro de 2016 que estava à procura de soluções alternativas de financiamento à suspensão dos fundos de uma linha de crédito do Brasil para obras em Angola – como é o caso da barragem de Laúca – no âmbito da operação contra a corrupção Lava Jato.

Aquela barragem foi inaugurada a 4 de agosto, pelo então Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que colocou em funcionamento o primeiro grupo gerador, debitando na rede nacional os primeiros 334 MegaWatts (MW) de eletricidade.

Trata-se de uma obra que arrancou em 2012, a cargo da construtora brasileira Odebrecht, e que em setembro contou com a entrada em funcionamento do segundo

grupo gerador, elevando a produção debitada na rede, provisoriamente, a cerca de 500 MW.

Considerada a maior obra de engenharia civil de sempre em Angola, e a segunda maior barragem em África, servirá para abastecer oito milhões de pessoas, chegando em 2018 às províncias do centro do país, como o Huambo e Bié.

Foi encomendada pelo Estado angolano por 4,3 mil milhões de dólares (3,6 mil milhões de euros), envolvendo financiamento da linha de crédito do Brasil e movimentou, nas várias fases, cerca de 13.000 trabalhadores.

Entre março e meados de julho que o enchimento em Laúca condicionou a operação nas restantes barragens do rio Kwanza, devido ao reduzido caudal, limitando o fornecimento de eletricidade da rede pública a Luanda, por norma, a poucas horas por dia.

Com um volume de água de albufeira de mais de 2.500 milhões de metros cúbicos, o enchimento da barragem de Laúca só terminará em 2018, com a elevação até à quota 850, completando o reservatório na sua totalidade.

Nessa altura estarão em funcionamento as seis turbinas que estão instaladas, totalizando 2.070 MW de eletricidade, mais do dobro da capacidade das duas barragens – Cambambe (960 MW) e Capanda (520 MW) – já em operação no rio Kwanza.